

## PARECER CONJUNTO Nº 014/2025

PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO E DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 016/2025, DE AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL.

### I - Relatório:

O Projeto de Lei nº 016/2025, tem por objetivo *“Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Municipal de Educação do Município de Amontada, aprovado pela Lei Municipal nº 1.018, de 22 de junho de 2015, e dá outras providências”*.

Referida matéria foi protocolada nesta Casa Legislativa, em regime de urgência, estando nesta Comissão Conjunta em atendimento às normas legais e regimentais que disciplinam a sua tramitação, estando sob a responsabilidade destas Relatorias para que seja exarado parecer sobre sua constitucionalidade, legalidade e mérito.

É o relatório.

### II - Fundamentação:

Nos termos do Regimento Interno, à Comissão de Constituição e Justiça compete apreciar todas as matérias quanto à sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, manifestando-se, entre outros aspectos relevantes, sobre a regularidade da matéria no que tange ao poder de iniciativa e à competência legislativa, caso em que deverão ser observadas as normas constitucionais aplicáveis à espécie.

Já a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, compete analisar todas as matérias atinentes à sua área temática

O projeto de lei em enfoque está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade do disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal e a boa técnica redacional.

A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa.

Quanto à competência, a iniciativa cabe ao Chefe do Poder Executivo, nos termos do o art. 45 da Lei Orgânica:

Art. 45 – iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão da Câmara, ao Prefeito Municipal e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Ao tratar o tema, constata-se que a Lei Federal nº 14.934, de 25 de julho de 2024, prorrogou até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação – PNE, instituído pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Tal prorrogação, impõe, como medida de coerência normativa e técnica, o alinhamento de planos subnacionais – inclusive o plano municipal – às diretrizes federais em reformulação, assegurando, portanto a continuidade das diretrizes, metas e estratégias educacionais previstas no Plano Municipal de Educação

Isto posto, tem-se que a matéria é de relevante interesse para a Gestão Pública Municipal, bem como atende ao interesse local (art. 30, I, da CF/88), inexistindo qualquer impeditivo constitucional ou legal para a tramitação.

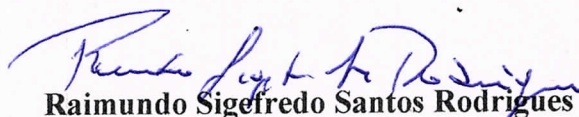
Quanto ao quórum de votação, a Câmara somente pode deliberar com a presença da maioria absoluta dos Vereadores, adotando, *in caso*, a votação nominal e por maioria absoluta, nos termos do Regimento Interno.

Por fim, sendo aprovado, o mesmo será enviado para o devido autógrafo e posterior sanção ou veto do Executivo, tudo conforme os trâmites previstos na legislação municipal.

### III - Opinião:

Por todo o exposto, considerando os fundamentos legais ora declinados, bem como a adaptação da matéria às normas formalísticas da técnica legislativa, estas Relatorias expõem parecer FAVORÁVEL ao seguimento regular da matéria, tendo em vista a constitucionalidade, legalidade e interesse quanto ao mérito.

Amontada/CE, 09 de maio de 2025.



**Raimundo Sigefredo Santos Rodrigues**

Relator

Comissão de Justiça e Redação

AUSENTE  
**Jorge Ribeiro Siebra**

Relator

Comissão de Educação, Cultura e Esporte



## IV – Decisão da Comissão de Legislação e Justiça e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Analizadas as contextualizações e argumentações dos relatores, as Comissões hoje reunidas, manifestando-se FAVORÁVEIS ao Projeto de Lei nº 016/2025, para que em seguida tenha a continuidade regimental nesta Câmara de Vereadores.

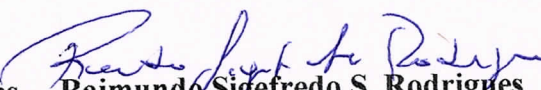
Amontada/CE, 09 de maio de 2025.

### COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

  
**Maria Sirnara Saldanha Freitas**  
Presidente

(☒) a favor, pelas conclusões do parecer.

( ) contra, pela reprovação do parecer.

  
**Raimundo Sigefredo S. Rodrigues**  
Relator

(☒) a favor, pelas conclusões do parecer.

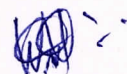
( ) contra, pela reprovação do parecer.

  
**Wangles Praciano Carneiro**  
Membro

(☒) a favor, pelas conclusões do parecer.

( ) contra, pela reprovação do parecer.

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

  
**Wangles Praciano Carneiro**  
Presidente


(☒) a favor, pelas conclusões do parecer.

( ) contra, pela reprovação do parecer.

**AUSENTE**  
**Jorge Ribeiro Siebra**  
Relator

(☒) a favor, pelas conclusões do parecer.

(☒) contra, pela reprovação do parecer.

  
**José Nilson Soares**  
Membro

(☒) a favor, pelas conclusões do parecer.

( ) contra, pela reprovação do parecer.